

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-SC-AS).**
2 Aos quatorze do mês de junho de dois mil e dezoito, às oito horas e trinta minutos, no Centro
3 de Eventos Florianópolis, Av. Gov. Gustavo Richard, 850 - Centro, Florianópolis, Santa
4 Catarina, Brasil, realizou-se a reunião plenária ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da
5 Assistência Social (CIB-AS-SC) com a presença dos membros: representantes da Secretaria
6 de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC): Romanna Remor (titular e
7 Coordenadora da CIBSC); Sandra Regina Coimbra da Silva (titular e Diretora de Assistência
8 Social), Ivanor Alberti (titular e Gerente da Gestão do Fundo de Assistência Social), Cláudia
9 Regina Moser (suplente Gerente da Gestão do Sistema Único de Assistência Social), Carolina
10 S. Rodrigues de Freitas (suplente e Gerente da Gestão de Proteção Especial) e representantes
11 do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC):
12 Vagner Ferreira de Oliveira (membro titular e Presidente do COEGEMAS), Jânifer Otto (titular),
13 Magno Rafael de Borba Muñoz (suplente), Oscar Guilherme Grotmann Filho (suplente),
14 Andriano Paulo Stadthober (suplente), Sandra Spautz Granemann (suplente). Ainda estavam
15 presentes gestores e técnicos municipais, representantes da câmara técnica, secretarias
16 regionais, associações de municípios, conselhos. Realizou-se o chamamento e composição da
17 mesa, após com a palavra o Presidente do COEGEMAS e a Coordenadora da CIBSC deram as
18 boas vindas a todos (as). A ordem do dia foi considerada lida e aprovada pelo Plenário. **1º**
19 **Verificação da presença e da existência de quorum:** sendo constatada a existência de
20 quórum, conforme o Regimento Interno da CIB-AS-SC, foi possível prosseguir os trabalhos de
21 acordo com a ordem do dia. **2º Apresentação, apreciação e aprovação da pauta do dia – O**
22 **Plenário aprovou a pauta, incluiu na pactuação das matérias a alteração do calendário anual da**
23 **CIB e nos informes os responsáveis pelo sistema SIPIA Conselho Tutelar (CT) e Sistema de**
24 **Informação para Criança e Adolescência (SINASE) e a data de entrega dos veículos doados**
25 **pelo Estado aos municípios. 3º Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior:**
26 **Comunicou-se que as Atas nº 02 da reunião ordinária e a nº 01 da reunião extraordinária foram**
27 **encaminhadas com antecedência aos membros da CIB, a qual foi considerada lida e aprovada**
28 **pelo Plenário. 4º Correspondências recebidas e expedidas:** Informou-se que a relação e dos
29 documentos e correspondências expedidas e recebidas foi enviada por e-mail, está disponível
30 na presente reunião para consulta e será disponibilizado o arquivo no site da SST/SC. **5º**
31 **Pactuação de matérias. Alteração da Composição da Câmara Técnica do COEGEMAS.** O
32 Plenário concordou com a alteração e pactuou a composição da Câmara Técnica do
33 COEGEMAS. **Alteração do Calendário Anual da CIB.** Aprovou-se a alteração da plenária de
34 28 de maio em Chapecó, devido à greve dos caminhoneiros, para 14 de junho em Florianópolis
35 e a alteração da plenária de Criciúma de 28 de junho para 12 de julho de 2018.
36 **Cofinanciamento 2018 dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial e Benefícios:** A
37 Coordenadora da CIB informou que vem sensibilizando o Governo do Estado sobre o pleito do
38 cofinanciamento para as proteções Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média
39 Complexidade e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade onde o Governador mostrou-
40 se favorável em executar o orçamento das Proteções. Romanna falou da última conversa com
41 o Governador do Estado no dia 11, gostaria ter os valores do cofinanciamento para informar ao
42 GOEGEMAS e assim o Colegiado ter a contraproposta, o Governador mostrou-se sensibilizado
43 e resolutivo na retomada integral do cofinanciamento e solicitou que a Secretária Romanna
44 contatasse a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF). Ainda com a palavra Romanna explicou
45 que contatou a SEF e a resposta foi que neste momento não seria possível realizar o
46 cofinanciamento na sua integralidade. Romanna retomou a conversa com o Governador e ele
47 solicitou que a SEF apontasse um caminho, a SEF informou que estão em função de garantir a
48 primeira parcela do décimo terceiro salário e não há recursos financeiros. O Governador então
49 solicitou que a SEF indique e busque soluções quanto aos recursos financeiros para cobrir o
50 orçamento da assistência social. Romanna comentou que diante da coletiva do Governador, no
51 dia anterior a plenária da CIB, chegou a pensar em função da sensível situação financeira do

52 Estado que seria negativa a resposta do Governo. Propões a Coordenadora da CIB - se o
53 Estado sinalizar a disponibilidade financeira, que a pactuação do cofinanciamento da
54 Assistência Social seja em julho (conforme a alteração do calendário da CIB), para viabilizar a
55 documentação e o processo de repasses financeiros aos municípios este ano. Disse Romanna
56 que continuará a buscar a efetividade da disponibilidade financeira para o cofinanciamento e a
57 sensibilização do Governo do Estado, pois é o mínimo que os municípios necessitam para
58 continuar os serviços da Política de Assistência Social. Com a palavra Jânifer saudou a todos
59 (as) e lembrou a prática do Estado, nos últimos anos, de chegar ao mês de junho e não pactuar
60 o cofinanciamento, deixando para o segundo semestre do ano incorrendo no curto prazo para
61 os municípios executarem o orçamento. Expões a sua opinião de pactuar recursos financeiros
62 reais e não fictícios das Proteção Social Básica, Proteções Social Especial de Média
63 Complexidade, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade e dos Benefícios Eventuais.
64 Jânifer desejou sucesso à Secretária na busca do cofinanciamento estadual e disse nesses
65 momentos déficit financeiro os municípios precisam do recurso financeiro do estado, embora
66 um valor pequeno ajuda no reforço financeiro dos municípios. E, sem o cofinanciamento
67 estadual os municípios estão as “traças”, dando a entender que o Estado não está priorizando
68 a Política Pública de Assistência Social. Representantes dos municípios sugeriram uma reunião
69 extraordinária dentro de 10 (dez) dias para pactuar o cofinanciamento 2018. Ivanor explicou
70 que o prazo de dez dias é curto e sugeriu uma reunião em três a quatro semanas em Criciúma.
71 O Presidente do COEGEMAS Vagner observou a necessidade de confirmar a disponibilidade
72 financeira, a fim de agendar uma plenária para a pactuação do cofinanciamento 2018. Lembrou
73 Vagner que a pactuação do cofinanciamento deveria ter acontecido há dois meses e os
74 municípios precisam de uma resposta pontual; explicou que entende a situação financeira do
75 Estado - a qual também acomete os municípios, mas esses precisam de uma posição
76 contundente do Estado – ainda mais por estarem sofrendo sanções do Ministério Público do
77 Estado de Santa Catarina (MPSC). A Coordenadora da CIB externou a sua compreensão e
78 solidariedade à situação dos municípios e informou a pretensão do Estado em realizar a
79 pactuação na próxima CIB em julho. Um Representante do COEGEMAS reafirmou a
80 dificuldade financeira dos municípios, falou quando o Governo informa que não tem recursos
81 financeiros e, é preciso procurá-los em algum lugar torna-se muito difícil, pois não é possível
82 alocar recursos de uma Secretaria de Estado para a Secretaria de Estado da Assistência
83 Social. Sandra Spautz Granemann comunicou o posicionamento da Plenária do COEGEMAS
84 de não pactuar o cofinanciamento de 2018 se o Estado não apresentar uma proposta efetiva,
85 então não se devem realizar as plenárias da CIB, uma vez que os municípios estão arcando
86 com as despesas de deslocamento, transporte, alimentação para as plenárias da CIB e
87 retornando sem respostas. Os municípios não concordam em pactuar só a Proteção Básica,
88 devido as demandas desses, em sua maioria, originarem-se das Proteções de Média e Alta
89 Complexidade. Desabafou Sandra Spautz que o MPSC cobra diariamente os municípios “sem
90 dó e nem piedade” sobre a prestação dos serviços socioassistenciais. Reafirmou Sandra a
91 posição dos municípios em pactuar todas as Proteções (Básica, Média e Alta Complexidade),
92 assim como os Benefícios Eventuais. Os municípios vem arcando com os custos e a
93 responsabilidade do cofinanciamento é dos três entes (União, Estados e Municípios). Ivanor
94 explicou se a pactuação do cofinanciamento ocorresse neste mês o repasse aos municípios
95 seria em setembro, caso a pactuação seja em julho o repasse acontece em outubro e o tramite
96 para a habilitação do cofinanciamento é de 30 (trinta) dias para envio das documentações dos
97 municípios; mais 30 (trinta) dias para o órgão gestor analisar a documentação e mais 15
98 (quinze) dias para análises e retificações; então é prudente agendar a data da próxima plenária
99 o mais breve possível. O plenário reafirmou o agendamento da próxima plenária da CIB em 12
100 de julho em Criciúma com a ressalva do COEGEMAS de pactuar todas as Proteções e
101 Benefícios Eventuais e caso o Estado não possa pactuar a integralidade do cofinanciamento
102 não haverá a plenária. Os participantes solicitaram a palavra. Em seguida a Coordenadora da

103 CIB cedeu a palavra aos participantes. Com a palavra a Prefeita Sisi saudou a todos (as) e
104 disse que o seu sentimento como dos municípios é de angústia e sofrimento. Solicitou a
105 Prefeita o encaminhamento, pelo Estado, de um documento aos órgãos controladores, MPSC e
106 demais poderes informando que os municípios não receberam o cofinanciamento do Estado e
107 assim tem dificuldades de prestar os serviços socioassistenciais, bem como os Secretários
108 Municipais de Assistência Social, Gestores e Técnicos não podem ser cobrados de uma
109 responsabilidade que não cabe só aos municípios. Disse ainda a Prefeita que se até o
110 momento a pactuação do cofinanciamento não foi feita, então este ano não serão realizados os
111 repasses aos municípios, pois não haverá tempo hábil para isso. Felipe Secretário Municipal de
112 Assistência Social de Ibirama falou que no dia anterior à Plenária da CIB o COEGEMAS não
113 tinha a informação do valor a ser cofinanciado pelo Estado. Perguntou Felipe se na conversa
114 entre a Secretária Romanna e o Governador vai contemplar a integralidade do cofinanciamento
115 2018 da Proteção Básica, Proteção de Média Complexidade, Proteção de Alta Complexidade e
116 Benefícios Eventuais no valor de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) e se
117 interfere, por ser 2018 um ano eleitoral, no repasse aos municípios. Felipe explicou a sua
118 opinião de que as reuniões da CIB devem acontecer independente de ter cofinanciamento ou
119 não, o Estado deve informar aos municípios o andamento dos tramites sobre a Política de
120 Assistência Social nas plenárias da CIB, pois a CIB é um espaço para a construção conjunta da
121 Política de Assistência Social e as instâncias da Política de Assistência Social devem realizar
122 um movimento forte e unificado para esclarecer ao Governo que o pleito da Assistência Social
123 é amparado em Leis, são direitos legítimos. Com a palavra Romanna disse aceitar a ajuda e
124 contribuições para a construção da Política de Assistência Social e tem buscado fazer a
125 intermediação dos pleitos junto ao Governo do Estado. Romanna explicou que a primeira
126 conversa com o Governador foi sobre a solicitação do cofinanciamento para as Proteções
127 Básica, Média Complexidade e Alta Complexidade e é possível solicitar o que é de direito,
128 incluindo os Benefícios Eventuais. Romanna pretende solicitar ao Governo do Estado e a SEF
129 que os repasses sejam feitos dentro do ano de 2018 para não haver contratempos como no
130 ano anterior. O Secretário Municipal de Assistência Social de Santo Amaro da Imperatriz
131 Alexandre explicou que os Municípios não podem arcar com a responsabilidade do Estado e
132 ainda serem penalizados. Alexandre sugeriu uma roda de conversa com o Estado, os
133 Municípios e o MPSC sobre a dificuldade por parte do Estado em realizar o cofinanciamento
134 2018 e defendeu a pactuação do cofinanciamento nesta Plenária. Ivanor explicou que pactuar o
135 cofinanciamento sem alinhar com a SEF e sem disponibilidade financeira não é um caminho
136 responsável, a exemplo do ano de 2015 no qual foi pactuado sem as condições necessárias –
137 cronograma de desembolso financeiro e garantia de disponibilidade financeira efetiva. A
138 Coordenadora da CIB afirmou que concorda com a posição explanada por Ivanor. Romanna
139 solicitou a opinião dos demais membros da mesa. Wagner se lembrou da pactuação de 2015,
140 onde foram pactuados o cofinanciamento das três Proteções e apenas foi realizado o repasse à
141 Proteção Social Básica. O Presidente do COEGEMAS solicitou a opinião dos demais
142 representantes dos municípios. Sandra Spautz propõe a união de forças entre o Estado e os
143 Municípios, sendo que o Estado faria os contatos com o Governo do Estado e a SEF, e os
144 Municípios um movimento com a frente parlamentar em defesa do Sistema Único de
145 Assistência Social (SUAS). Solicitou Sandra Spautz à Coordenadora da CIB e ao Presidente do
146 COEGEMAS uma pausa de 5 (cinco) minutos para alinhamento e posicionamento dos
147 Secretários, Gestores e Representantes Municipais da CIB sobre o cofinanciamento 2018. Com
148 a palavra Jânifer explicou que a decisão sobre a pactuação cabe aos Representantes da CIB
149 (Estado e Municípios) e lembrou que o Estado informou, nesta Plenária, a impossibilidade da
150 pactuação do cofinanciamento devido à falta de recursos financeiros. A Coordenadora da CIB
151 Romanna sugeriu a pausa para o alinhamento e posicionamento do COEGEMAS sobre o
152 cofinanciamento 2018. O COEGEMAS concordou em fazer a pausa e após retomarem a
153 Plenária para a decisão. PAUSA. De posse da palavra Ivanor convidou os Representantes da

154 CIB e convidados a retomarem os seus lugares. Lembrou Ivanor que as pactuações da CIB são
155 consensuais entre o Estado e o COEGEMAS. Romanna lembrou sobre as pactuações da
156 gestões anteriores e solicitou a posição do COEGEMAS. Vagner Presidente do COEGEMAS
157 informou que a posição do COEGEMAS é a pactuação integral do cofinanciamento 2018,
158 conforme consta no orçamento no valor de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) da
159 Proteção Social Básica; Média e Alta Complexidade e Benefícios Eventuais. A Coordenadora
160 da CIB informou que a posição do Estado é não pactuar nesta Plenária, devido ao Estado não
161 ter a garantia da disponibilidade financeira do orçamento. Ivanor retomou a questão de não
162 haver a garantia da disponibilidade financeira junto a SEF e da SST não poder assumir o
163 compromisso de pactuar o cofinanciamento 2018 sem o respaldo da SEF. Romanna reafirmou,
164 diante da situação explanada, a impossibilidade de consenso e a pactuação do
165 cofinanciamento 2018 entre o Estado e o COEGEMAS nesta Plenária. Vagner reiterou a
166 posição do COEGEMAS em pactuar a integralidade do cofinanciamento 2018 previsto na Lei
167 Orgânica da Assistência Social (LOAS) e espera que a pactuação do cofinanciamento aconteça
168 na próxima Plenária da CIB. Com a palavra Ivanor reiterou o apoio dos Representantes da CIB
169 e Equipe Técnica da SST para subsidiar a Coordenadora da CIB sobre a questão do
170 cofinanciamento. **6º Matérias de discussão.** Não houve matéria de discussão. **7º Informes.**
171 **COEGEMAS:** O Presidente do COEGEMAS comunicou que os informes foram realizados na
172 Plenária do COEGEMAS (disponível no informe nº 03/2018 CIB-AS-SC, no link
173 <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/institucional/cib>). **DIAS: Alteração da composição dos**
174 **representantes do Estado na CIB:** Resolução CIB nº 03, de 14 de junho de 2018 (disponível
175 no link da CIB-AS-SC <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/institucional/cib>). **Responsáveis pelo**
176 **sistema SIPIA Conselho Tutelar (CT) e Sistema de Informação para Criança e**
177 **Adolescência (SINASE):** Cláudia apontou que a servidora Karina Euzébio, lotada na Diretoria
178 de Direitos Humanos está responsável do SIPIA (SINASE) e o SIPIA (CT) está sobre a
179 responsabilidade do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
180 (CEDCA/SC). Ainda com a palavra explicou Cláudia que no momento não há uma previsão
181 quanto à capacitação da Karina e dos municípios, Karina atende as ligações, está na
182 interlocução com o Ministério para auxiliar as demandas dos municípios e em contato com o
183 MPSC sobre as documentações. **Data de entrega dos veículos doados pelo Estado aos**
184 **municípios:** Em seguida a Coordenadora da CIB disse que a previsão de entrega dos veículos
185 será entre os dias 26 (vinte e seis) e 28 (vinte oito) de junho e serão enviadas comunicações a
186 esses com a confirmação de datas, termo de cooperação. Jânifer questionou sobre a
187 destinação de veículos por outros meios como emenda parlamentar. Romanna explicou que as
188 destinações dos veículos serão por termo de cooperação, para atender as normas jurídicas. E,
189 que o Governo sinalizou a possibilidade de novas pactuações. **Regionalização dos Serviços**
190 **de Média e Alta Complexidade e Especial de Alta Complexidade:** A Diretora de Assistência
191 Social agradeceu a disponibilidade da Câmara Técnica da CIB em auxiliar no estudo da
192 regionalização. Sandra Coimbra explicou sobre a necessidade e obrigatoriedade do estudo da
193 regionalização ser realizado pelo Estado, o estudo iniciou-se em 2014 e a Diretoria de
194 Assistência Social pretende retomar o estudo este ano. Vagner lembrou que o estudo da
195 regionalização é responsabilidade do Estado. Jânifer apontou que não é viável realizar o estudo
196 da regionalização sem a aprovação da Lei do FEAS e SUAS. Ivanor disse que o Estado
197 retomará o estudo da regionalização. Romanna apresentou as Ações Anteriores a
198 Regionalização: 1) Cofinanciamento nos últimos dois anos o Estado cofinanciou a Proteção
199 Social Básica e a Proteção Social Especial de Média Complexidade. Este ano a intenção do
200 Órgão Gestor Estadual é de cofinanciar, também, a Proteção Social Especial de Alta
201 Complexidade. 2) Lei do SUAS: Está em tramitação. Encontra-se no Gabinete do Órgão Gestor
202 para análise e posterior encaminhamentos. 3) Lei do FEAS: Está em tramitação. Já foi
203 apreciada pelo CEAS e passou por Consulta Pública. Atualmente, encontra-se no Gabinete do
204 Órgão Gestor para análise. 4) Pisos de Cofinanciamento: Grupo de trabalho elaborou os pisos

205 referentes à Gestão do Suas, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Aguardando
206 publicação de nova portaria para elaborar o piso acerca dos Benefícios Eventuais. 5) Concurso
207 Público: Último concurso público para a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e
208 Habitação foi realizado em 2009. Há necessidade de realizar novo concurso vista que,
209 atualmente, a Diretoria de Assistência Social conta somente com 13 (treze) Assistentes Sociais,
210 02 (duas) Psicólogas, 01 (uma) Pedagoga e 01 (uma) Socióloga. Após o informe sobre a
211 regionalização Sandra Spautz solicitou à Coordenadora da CIB agenda com o Governador para
212 tratar da Lei do FEAS e Lei do SUAS. Romanna disse que irá solicitar agenda com o
213 Governador ainda em junho. **Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa:** Foco na população
214 idosa preferencial: inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
215 Reconhecimento por meio de Certificado e Selos entregues a cada etapa cumprida. Orientação
216 federal em parceria interministerial e interinstitucional. Fases e etapas a serem cumpridas.
217 Adesão > Selo A; Plano Municipal > Selo P; Transformação em Lei > Selo Bronze; Execução
218 de ações do Plano > Selo Prata; Execução de ações do Plano > Selo Ouro. Implementação
219 baseada em: Sistema de Adesão e Monitoramento; Documento Técnico e Guia de Orientação;
220 Programa de Capacitação em Plataforma de EAD. **Lei do FEAS:** Ivanor explicou que a Lei do
221 FEAS está em tramitação a pouco mais de 02 (dois) anos, redigida pelos técnicos (as) da
222 Diretoria de Assistência Social, passou por consulta pública a pedido do Conselho Estadual de
223 Assistência Social (CEAS), retornou para a SST no final de 2017 com questionamentos sobre
224 os custos e sistemas do cofinanciamento, os questionamentos foram respondidos pelo Diretor
225 de Assistência Social Ismael de Córdova e enviada a resposta à SEF no início de 2018,
226 retornou novamente a SST com mais questionamentos da Diretora do Tesouro – sendo que as
227 respostas já estavam no processo e assim a SST devolveu o processo à SEF, ficando apenas
228 a questão do regular e automático - “ a regularidade e a continuidade só poderão ser mantidas
229 enquanto existirem recursos disponíveis”, a SST deseja que o Estado inicie o ano com o
230 cofinanciamento da Assistência Social e a Lei do FEAS encontra-se hoje na SST. **Lei da**
231 **Escuta Especializada: quais os encaminhamentos pela SST.** Com a palavra Carolina de
232 Freitas informou que a Secretaria Estadual de Assistência Social, a Secretaria de Educação, a
233 Secretaria Estadual de Saúde, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o Psicólogo da
234 Delegacia Especializada, a Janice Merigo representante da Federação Catarinense de
235 Municípios estão participando de um grupo coordenado pelo MPSC sobre o assunto, irá
236 acontecer a terceira reunião do grupo na próxima semana e os encaminhamentos serão
237 realizados pelo MPSC – em forma de capacitações aos municípios, elaboração de fluxos e
238 protocolos em conjunto. **Informes da Diretoria de Assistência Social:** Em seguida, Ivanor fez
239 a leitura dos informes da DIAS. Esses informes estão disponíveis no link da CIB-AS-SC
240 <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/institucional/cib>. **Relação do SCFV no período de férias**
241 **escolar:** Está no informe nº 03/2018 da CIB-AS-SC, disponível no link
242 <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/institucional/cib>. **Metodologia do Plano de Apoio aos**
243 **Municípios em 2018:** Daiana explicou que devido a equipe técnica reduzida foram escolhidos
244 critérios e eleitos 32 (trinta e dois) municípios prioritários, solicitou-se a esses municípios
245 informações sobre a proteção social básica e pretende-se articular as ações em conjunto com
246 as Associações de Municípios, fazendo-se as devolutivas por meio de encontros regionais.
247 Janice comentou que os municípios entraram em contato com a FECAM e perguntaram a
248 respeito de uma pesquisa que a SST estava fazendo, mas com a explanação sobre a
249 metodologia do Plano de Apoio aos Municípios ficou claro que se trata da aplicação de um
250 questionário e o pedido de realizar as devolutivas presencialmente - feito pela Assistente Social
251 Neusa, foi atendido pela SST. **Imigrantes Venezuelanos:** A Coordenadora da Proteção Social
252 de Especial de Alta Complexidade do Ministério de Desenvolvimento Social Nilzarete Margarida
253 de Lima apresentou o informe. Objetivo ofertar serviços especializados que oferecem
254 acolhimento e proteção a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar
255 e/ou comunitários de origem. Características dos Serviços funcionam como moradia provisória

256 até que seja viabilizado o retorno seguro à família de origem, o encaminhamento para família
257 substituta – quando for o caso – ou o alcance da autonomia (moradia própria ou alugada).
258 Todos os estados, Distrito Federal e municípios são elegíveis. O aceite do serviço pode ser
259 feito tanto antes, como posteriormente à ocorrência de algum desastre. É importante ressaltar
260 que mesmo que o aceite seja feito de forma antecipada o repasse de recurso só ocorre depois
261 de preenchidos os requisitos elencados na portaria MDS nº 90/2013. O valor de referência atual
262 é R\$20.000,00 (vinte mil reais) mensais, transferidos fundo a fundo, para cada grupo de 50
263 (cinquenta pessoas) e R\$400,00 (quatrocentos reais /mês/vaga). Esse valor sofre modificações
264 - vai se recompondo à medida que o número de pessoas aumenta devido ao ganho de escala
265 na resposta. Os detalhes do cálculo constam no Anexo I da Portaria MDS nº 90/2013. A
266 continuidade do repasse e regularidade dependerá do período de vigência da decretação do
267 estado de calamidade pública ou situação de emergência, podendo ser prorrogado por até 12
268 meses depois de encerrado o reconhecimento da situação, nos termos do parágrafo 2 do artigo
269 10 da Resolução CNAS nº 12 de 11 de junho de 2013. Para participar do Plano Nacional de
270 Ação Humanitária é necessário a manifestação da disponibilidade ao MDS, efetuar
271 levantamento das necessidades para organização do abrigamento local (adequações,
272 equipamentos, parcerias com sociedade civil, equipe, manutenção. Elaborar plano de trabalho
273 formalizar ao MDS. Com a palavra Jânifer solicitou a manutenção da reunião prévia da CIB,
274 afim de alinhar os assuntos e facilitar o consenso do Estado e Municípios. **8º**
275 **Encaminhamentos.** A Coordenadora da CIB que informou que irá agendar com o Governador
276 do Estado para tratar do cofinanciamento 2018; da Lei do FEAS e SUAS e do PACTO por
277 Santa Catarina e solicitou a manutenção da realização da reunião prévia de alinhamento da
278 pauta da plenária da CIB. Finalizando a Plenária Vagner Ferreira de Oliveira, Romanna Remor
279 e Sandra Regina Coimbra da Silva agradeceram a presença de todos (as) e desejaram um bom
280 retorno. Nada mais havendo a tratar, eu Suzy Cristina Rodrigues – Secretária Executiva da
281 CIBSC, lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-se nos arquivos da Secretaria Executiva
282 da CIB-AS-SC.